

## Vínculos e Cuidado: Vivências de profissionais na Institucionalização de Crianças e Adolescentes

## Bond and Care: Experiences of professionals in the Institutionalization of Children and Adolescents

## Vínculos y Cuidado: Experiencias de profesionales en la Institucionalización de Niños y Adolescentes

*Ruth Irmgard Bartschi Gabatz(1); Kaiane Passos Teixeira(2); Viviane Marten Milbrath(3);  
Luiza Pinheiro Alves(4); Doralúcia Gil da Silva(5)*

1 Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

E-mail: r.gabatz@yahoo.com.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6075-8516>

2 Hospital de Caridade de Canguçu.

E-mail: kaiane\_teixeira@yahoo.com.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8156-6054>

3 Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

E-mail: martenmilbrathviviane@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5523-3803>

4 Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

E-mail: luizapinhoalves@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6179-2043>

5 Grupo Hospitalar Conceição (GHC)

E-mail: doralu.gil@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1240-6721>

**Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 39-61, janeiro-junho, 2025 - ISSN 2175-5027

[Submetido: 3 out. 2024; Revisão1: 6 dez. 2024; Revisão2: 24 abr. 2026; Revisão3: 4 maio 2026; Aceito: 5 maio 2026;

Publicado: 16 set. 2026]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2025.v17i1.5097>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor: Jean Von Hohendorff

## Resumo

Objetivou-se conhecer os vínculos estabelecidos e os processos de cuidado desenvolvidos por cuidadores com crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, com questões elaboradas exclusivamente para este estudo. Utilizou-se o critério de saturação para delimitar o número de participantes, totalizando 13 profissionais que atuam diretamente com crianças e adolescentes em três instituições de acolhimento de um município da região sul do Brasil, responsáveis pelo acolhimento e proteção judicial dos encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude ou Conselho Tutelar por violação de direitos. Usou-se o software webQDA para codificação dos dados, posteriormente submetidos à análise temática, sendo elaboradas duas categorias de análise: “Cotidiano do cuidado prestado pelos cuidadores às crianças e aos adolescentes institucionalizados” e “Interação e vínculos estabelecidos no cuidado a crianças e adolescentes institucionalizados”. Conclui-se ser imprescindível fornecer suporte psicológico e pedagógico aos profissionais para o desempenho da função, propiciando a formação de vínculos para que o ambiente institucional represente de fato um local de segurança e acolhimento, com o cuidador se constituindo efetivamente como uma figura de relações positivas e de referência para os acolhidos.

*Palavras-chave:* Cuidadores; Defesa da Criança e do Adolescente; Vínculo; Relações interpessoais; Institucionalização.

## Abstract

The objective was to understand the bonds established by and the care processes developed by caregivers with children and adolescents in institutional care. This is a qualitative study, whose data were collected through semi-structured interviews, with questions developed exclusively for this study. The saturation criterion was used to delimit the number of participants, totaling 13 professionals who work directly with children and adolescents in three shelters in a municipality in the southern region of Brazil, responsible for the reception and judicial protection of those referred by the Juvenile Court or the Guardianship Council for violation of rights. The webQDA software was used for data coding, which was subsequently submitted to thematic analysis, resulting in two categories of analysis: “Daily care provided by caregivers to institutionalized children and adolescents” and “Interaction and bonds established in the care of institutionalized children and adolescents”. It is concluded that it is essential to provide psychological and pedagogical support to professionals to perform their role, enabling the formation of bonds so that the institutional environment truly represents a place of safety and support, with the caregiver effectively becoming a figure of positive relationships of reference for those being cared out.

*Keywords:* Caregivers; Child Advocacy; Bond; Interpersonal Relations; Institutionalization.

## Resumen

El objetivo fue comprender los vínculos establecidos y los procesos de cuidado desarrollados por los cuidadores con niños y adolescentes en acogimiento institucional. Es un estudio cuatilitativo, cuyos datos se recolectaron mediante de entrevistas semiestruturadas, con preguntas desarrolladas exclusivamente para este estudio. Se utilizó el criterio de saturación para delimitar el número de participantes, totalizando 13 profesionales que trabajan directamente com niños y adolescentes en tres instituciones de acogida en un municipio de la región sur de Brasil, responsables de la recepción y protección judicial de aquellos remitidos por el Juzgado de Menores o el Consejo de tutela por violación de derchos. Se utilizó el

software webQDA para la codificación de datos, posteriormente se sometió a un análisis temático, resultando en categorías de análisis: “Cuidados diarios brindados por los cuidadores a niños y adolescentes institucionalizados” e “Interacción y vínculos establecidos en el cuidado de niños y adolescentes institucionalizados”. Se concluye que es fundamental brindar apoyo psicológico y pedagógico a los profesionales para el desempeño de sus funciones, fomentando la formación de vínculos para que el entorno institucional represente verdaderamente un lugar de seguridad y acogida, donde el cuidador se convierta en una figura de relaciones positivas y referencia para los acogidos.

*Palabras Clave:* Cuidadores; Defensa del Niño; Vínculo; Relaciones Interpersonales; Institucionalización.

## Introdução

A institucionalização é uma medida de proteção quando a família representa um risco à integridade física, mental e social do adolescente ou da criança, sendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/90 (Brasil, 1990), o instrumento legal responsável por definir a operacionalização integrada dos órgãos e instituições públicas, bem como da sociedade civil. Essa integração tem como objetivo primordial garantir a proteção desses indivíduos, além de assegurar a responsabilização por atos que violem os seus direitos (Brasil, 2023). No Brasil, entre os principais motivos para tal estão situações de vulnerabilidade, maus-tratos, violência física, psicológica, sexual ou outra conjuntura que viole a proteção e dignidade, segundo dados do Sistema Nacional de Acolhimento e Adoção do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2025a).

Dessa maneira, as instituições de acolhimento infantojuvenil passam a ser os locais de proteção para que crianças e adolescentes permaneçam até a sua reintegração familiar ou colocação em família substituta, devendo propiciar um ambiente adequado para o desenvolvimento e o fortalecimento de relações (Lima & Pádua, 2022). Assim, torna-se fundamental o cuidado integral aos acolhidos, o qual está baseado em proteção integral (garantir o desenvolvimento físico, mental e social), acesso à saúde, educação sem violência e convivência familiar e comunitária, sendo que neste último aspecto o vínculo afetivo se faz premente (Brasil, 2023). Dessa forma, durante o período de acolhimento, os profissionais cuidadores ao lidarem continuamente com os acolhidos desempenham papel fundamental nos processos de construção e continuidade de vinculação afetiva (Salinas-Quiroz & Posadas, 2015).

O plano nacional de convivência familiar e comunitária (PNCFC) traz em seu eixo 2 pontos imprescindíveis para melhoria da qualidade da assistência nas instituições de acolhimento, apontando para a necessidade de aprimorar a cobertura e qualificar a oferta dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, fornecendo qualificação dos cuidados para favorecer o desenvolvimento integral dos acolhidos. Além disso, aponta para a necessidade de promover a convivência comunitária e ampliar a rede de relações dos acolhidos, fortalecendo o acompanhamento dos casos

pelo Sistema de Justiça e a articulação com os serviços de acolhimento, além de fortalecer as equipes e aprimorar os processos de formação. De forma complementar o eixo 6 da PNCFC traz as prerrogativas a serem consideradas para os adolescentes e jovens egressos de serviços de acolhimento, estas incluem a adoção de medidas para a atenção às especificidades dos acolhidos e à preparação na transição para a vida adulta, por meio da estruturação de políticas intersetoriais de suporte a esses adolescentes e jovens (Brasil, 2025b).

Com base nas questões abordadas no PNCFC destaca-se a necessidade de garantir, durante o acolhimento institucional, o direito à convivência familiar e a participação da família na vida dos filhos. Isso pode ser assegurado por meio da regularidade das visitas e outras medidas que possibilitem a manutenção e o fortalecimento dos vínculos afetivos. Quando ocorre a retirada da criança ou do adolescente de sua família de origem, acontece também uma ruptura com o que lhes é familiar, podendo gerar sofrimento e medo. Nesse contexto, é importante, sempre que possível, que os acolhidos possam trazer consigo objetos pessoais e de apego, visando contribuir para a sensação de familiaridade e segurança. Ademais, para qualificar os cuidados diretos às crianças e aos adolescentes nas instituições de acolhimento é imprescindível promover o desenvolvimento integral, atentando para as necessidades físicas, emocionais e psicológicas dos acolhidos, contemplando a saúde mental e as necessidades pedagógicas e educacionais dos acolhidos, por meio da escuta adequada, da construção de rotinas e do respeito à diversidade (Brasil, 2025b).

De acordo com Czelusniak et al. (2023), no acolhimento de crianças e adolescentes são ofertados cuidados relativos à higiene e alimentação, assim como conversas para amparar as necessidades, conhecer as rotinas, os sentimentos dos acolhidos frente à institucionalização, além da interação por meio de brincadeiras e do fornecimento de carinho, ponderando o tempo e espaço que cada um necessita para tanto. Os cuidadores, representam as figuras mais próximas das crianças e dos adolescentes durante o acolhimento, estabelecendo interações e cuidados diários. Nesse contexto, precisam estar preparados para lidarem com as mazelas que envolvem as situações de acolhimento, devendo ter respaldo psicológico e suporte técnico com capacitações e informações sobre os acolhidos para conseguirem desempenhar com segurança suas funções, bem como reconhecerem a importância do papel que desempenham (Czelusniak et al., 2023).

Dessa forma, durante a experiência do acolhimento a questão da vinculação é crucial tanto para cuidadores quanto para acolhidos. Cuidadores vivenciam diversos processos de formação e rompimento de vínculos, o que pode propiciar desgaste emocional e levá-los a evitar a formação de vínculos como estratégia de proteção neste contexto (Gabatz et al., 2018). Já pela parte dos acolhidos, a falta de compreensão acerca das circunstâncias que os levaram à institucionalização pode desencadear nas crianças

e nos adolescentes comportamento antissocial e sintomas depressivos, refletindo na vida adulta (Oliveira & Resende, 2016).

Por outro lado, o estabelecimento de apoio social em um ambiente acolhedor e seguro pode reduzir os impactos emocionais e sociais, favorecendo a capacidade de resiliência dos acolhidos (Rodrigues & Prebianchi, 2021). Portanto, o estabelecimento de vínculos seguros corrobora positivamente para a adaptação das crianças e adolescentes ao contexto institucional, atuando assim como fator protetor diante de estressores.

Nesse contexto, para que de fato os profissionais consigam propiciar um ambiente que favoreça a construção de relações positivas é indispensável que sejam capacitados constantemente, visto a significativa importância da sua função no acompanhamento do dia a dia das crianças e dos adolescentes e na transição para (re)inserção familiar (Bernardes & Marin, 2019). A partir da interação, as crianças e os adolescentes podem expor seus sentimentos e aumentar a disposição para o desenvolvimento biopsicossocial. Compreende-se, assim, que é imprescindível estabelecer e fortalecer vínculos entre cuidadores e acolhidos, a fim de propiciar um ambiente seguro e fortalecedor para o crescimento e desenvolvimento plenos.

Com base no exposto, considerou-se necessário ampliar o conhecimento acerca de como os cuidadores experienciam os processos de cuidado e o estabelecimento de vínculos com crianças e adolescentes no cotidiano do acolhimento institucional, visando obter mais elementos para discussão e reflexão acerca da elaboração de estratégias de suporte. Para tanto, elaborou-se a seguinte questão norteadora: Quais os vínculos estabelecidos e processos de cuidado desenvolvidos pelos cuidadores no acolhimento institucional de crianças e adolescentes? Com isso, objetivou-se conhecer os vínculos estabelecidos e processos de cuidado desenvolvidos por cuidadores com crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

## **Método**

### **Delineamento**

Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, que busca compreender a essência de um fenômeno e os significados atribuídos a ele pelas pessoas, constituindo-se de uma modalidade de cunho interpretativo (Gil, 2021).

### **Participantes**

Participaram 13 cuidadores que atuam nos cuidados diretos às crianças e aos adolescentes em três instituições de acolhimento infantojuvenil de um município do

sul do Brasil. Essas instituições acolhem crianças e adolescentes, de todos os gêneros, com idades de 0 a 18 anos, encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude ou pelo Conselho Tutelar em decorrência de violação dos seus direitos (vítimas de violência, negligência, exposição a riscos à saúde e integridade física ou abandono) e a guarda legal retirada de seus pais/responsáveis. Os acolhidos permanecem nessas instituições sob a proteção judicial, enquanto os processos são avaliados ou até serem adotados. As instituições são vinculadas ao setor de Proteção especial de alta complexidade e gerenciadas pela Secretaria de Assistência Social do município.

A equipe que atua nessas instituições conta com profissionais de diversas áreas: coordenador, psicólogo, assistente social, pedagogo, serviços gerais (limpeza e rouparia), técnico de enfermagem (em alguns casos) e os cuidadores. Contudo, o foco deste estudo foram os cuidadores diretos (auxiliam na higiene pessoal, alimentação, lazer, acompanham em consultas médicas, ajudam na realização de tarefas escolares e demais atividades de vida diária).

Como critérios de inclusão dos participantes teve-se: aqueles que realizavam cuidados diretos às crianças e aos adolescentes institucionalizados; E como critérios de exclusão: cuidadores que estivessem afastados ou em férias durante a coleta dos dados. Contudo, nenhum cuidador foi excluído por esses critérios. Para delimitar o número de participantes utilizou-se o critério de saturação temática, ou seja quando se identificou que os temas foram repetidos e nenhuma nova informação ou relação entre eles emergiu com a inserção de novos participantes cessou-se então a coleta (Rahimi & Khatooni, 2024). Dessa forma, a saturação foi atingida nesta pesquisa com 13 profissionais cuidadores de um total de 28, considerando a amostra relativamente homogênea e os dados densos fornecidos. Para identificar essa saturação, os dados foram analisados duplamente, por duas pesquisadoras, após cada nova entrevista, identificando a similitude dos temas que surgiram nas entrevistas. Assim, quando se identificou respostas semelhantes em mais de duas entrevistas, considerou-se ser suficiente para a compreensão do fenômeno estudado, então cessou-se a coleta.

## Instrumentos

Para elaboração da pesquisa, utilizou-se do guia *Consolidated criteria for reporting qualitative research* (COREQ). Este guia consiste em um *check list* com três domínios: equipe de pesquisa e reflexividade; conceito do estudo; análise e resultados. Esses domínios apresentam 32 itens a serem analisados para que os pesquisadores contemplem aspectos importantes no desenvolvimento dos estudos qualitativos (Souza et al., 2021).

A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada com os cuidadores, utilizando um roteiro de entrevista com questões norteadoras, referente ao processo de cuidado às crianças e aos adolescentes institucionalizados (experiências de cuidado à criança e ao adolescente vivenciadas na institucionalização, fragilidades

e potencialidades vivenciadas no desempenho da função e perspectiva acerca do cuidado que presta ou prestou à criança ou ao adolescente institucionalizado). A entrevista semiestruturada possui um estabelecimento prévio de questões relacionadas aos propósitos da pesquisa, em que o entrevistador faz perguntas diretas para o entrevistado responder livremente (Gil, 2021).

Para a elaboração do roteiro utilizado nesta pesquisa buscou-se identificar previamente o ‘estado da arte’, ou seja, o que havia publicado acerca do tema e quais as lacunas. Além disso, o projeto de pesquisa passou previamente por banca de qualificação, com presença de três professores da universidade, experts na metodologia e na temática, onde as questões foram discutidas e refinadas para atender aos objetivos e à questão de pesquisa. Na seção seguinte apresenta-se o detalhamento de como ocorreram as entrevistas.

## **Procedimentos éticos, de coleta de dados e de análise de dados**

O projeto foi submetido à Plataforma Brasil, para apreciação pelo Comitê de Ética, sendo aprovado sob o CAAE13592519.8.0000.5316 e o parecer número 4.239.361. Destaca-se que a pesquisa seguiu todos os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional da Saúde, respeitando a autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, além de, assegurar os direitos e deveres do participante (Brasil, 2012). Assim como, o disposto pela lei de Nº 13.853, respeitando a proteção de dados pessoais (Brasil, 2019).

Para atender aos preceitos citados, foi solicitada a anuência dos participantes à pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O anonimato dos participantes da pesquisa foi mantido utilizando consoante C (cuidador) seguida de um numeral sequencial (C1, C2...) para nominá-los.

A aproximação do contexto foi realizada contatando-se os coordenadores das três instituições, e apresentando os objetivos e métodos de coleta e análise, além dos pesquisadores envolvidos no estudo. Então, foi combinado com esses coordenadores o acesso aos cuidadores (participantes deste estudo) para explicitar a eles sobre a pesquisa e identificar a voluntariedade na participação dela. Todas essas etapas ocorreram de forma online, devido ao contexto pandêmico.

Então, a coleta das entrevistas foi realizada por duas acadêmicas de enfermagem, que não possuíam vínculo prévio com as instituições, mas com capacitação prévia na realização de pesquisas qualitativas, sendo essas bolsistas de iniciação científica. Essas acadêmicas já haviam realizado entrevistas anteriormente, em outros contextos, e foram orientadas por professora com expertise na área. Além disso, após cada entrevista a orientadora, juntamente com as entrevistadoras, conferiu as transcrições e a forma de condução, visando identificar e corrigir eventuais interrupções ou induções.



formados são coerentes e trazem significado); denominação dos temas (apresentação do escopo e núcleo de cada temática); e produção de relatório (relato científico discutido com literatura pertinente sobre o tema) (Braun et al., 2019).

Portanto, com base na nuvem de palavras que auxiliou na elaboração de códigos iniciais, posteriormente foram organizados dois temas, conforme pode ser observado na figura 2, que apresenta o mapa temático elaborado:

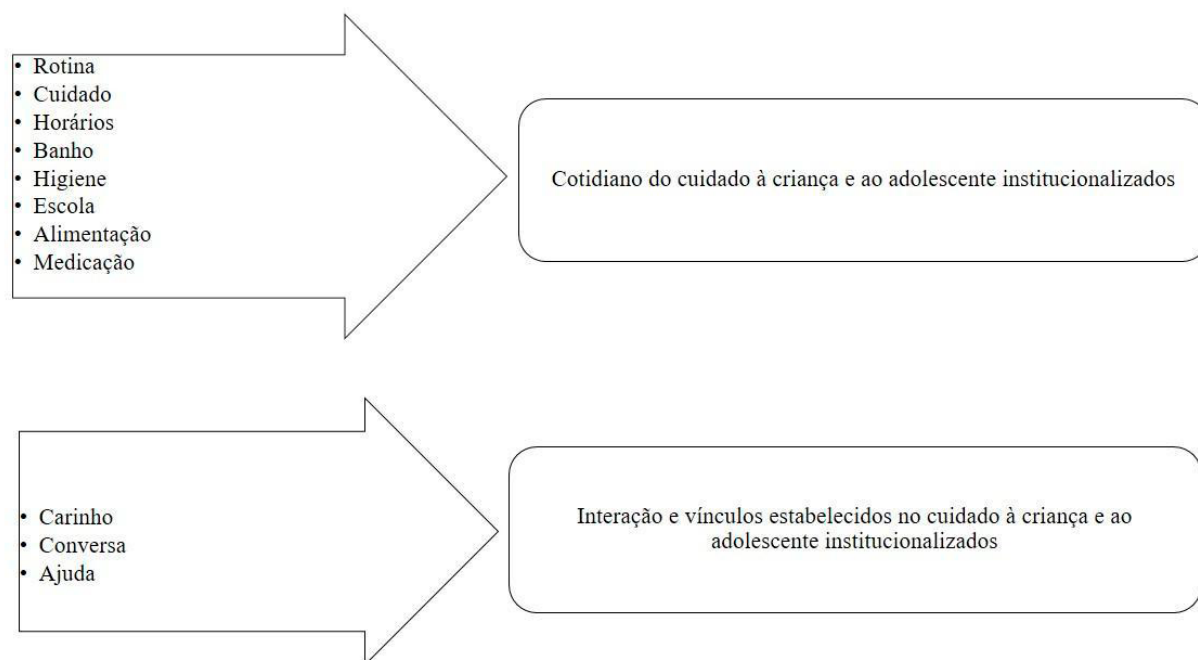


Figura 2. Mapa temático elaborado a partir dos códigos iniciais. Fonte: dados da pesquisa, 2026.

## Resultados

Dos 13 cuidadores participantes da pesquisa, 10 eram mulheres e três homens com idades entre 27 a 62 anos, sendo que a idade média dos cuidadores foi de 44,2 anos com desvio padrão de 9,7 anos. Em relação ao estado civil, seis eram solteiros, seis casados e um divorciado. Já sobre a escolaridade, quatro tinham ensino médio completo, quatro ensino superior incompleto e cinco curso superior completo. Dentre os cursos superiores citados estavam enfermagem, pedagogia, serviço social e comunicação social. O tempo de atuação na instituição variou de um mês a 21 anos, sendo que aproximadamente metade dos cuidadores têm até um ano de atuação na instituição. Ademais, durante as entrevistas os participantes relataram que fazem rodízio entre outras instituições, geridas pelo município, tanto que atendem crianças e adolescentes, como adultos e idosos, o que pode influenciar na criação de vínculo.

## **Cotidiano do cuidado prestado pelos cuidadores às crianças e aos adolescentes institucionalizados**

Nesta categoria são apresentadas as falas dos participantes que se referem ao cotidiano da vivência institucional, estas detalham informações sobre a rotina estabelecida no cuidado às crianças e aos adolescentes institucionalizados. De maneira geral, os cuidados estão voltados para o atendimento das necessidades básicas como alimentação e higiene:

Eu chego de manhã, preparo o café, banho [...] a gente dá um suporte para ver se fizeram xixi na cama, como é que estão os quartos, vistoria as roupinhas deles se estão limpas [...] meio dia já tem o almoço [...] eles almoçam [...] enquanto isso eu estou vendo a casa, monitorando se os outros já tomaram banho, já se arrumaram, se tão prontos pra ir pra escola. Todos os trabalhos [...] à tardinha já tem os cafés, banho pra deixar pronto para o turno da noite [...] é isso mais ou menos, a rotina é bem puxada [...]. (C3)

A gente orienta na questão do banho, a gente faz, da alimentação. (C13).

Complementarmente, as ações de ensinar e orientar para o autocuidado, fatores que devem ser trabalhados no cotidiano, e se apresentam como positivos no desenvolvimento de independência, também são destacados pelos participantes:

A gente sempre ajuda assim, eles a organizar as camas, a organizar os guarda roupas [...] esse cuidado de saber dobrar, colocar meinha, separar cueca, eles não sabem. Então aí a gente está sempre orientando assim, ajudando eles. (C1)

Basicamente a nossa função se resume a cuidar do dia a dia [...] estar em cima das coisas básicas, tomou banho? organizou suas coisas? [...] chega dez e meia a gente diz que está na hora, que vamos dormir e já se começa a se ajeitar, e todo mundo vai para o seu quarto, sua cama e dorme. (C8)

Esses hábitos e regras institucionais, que devem ser associados a um novo lar, podem se apresentar como desafiadoras para a interação e vinculação das crianças e dos adolescentes com o contexto de acolhimento institucional, sendo que o cuidador desempenha um papel fundamental nesse processo de ambientação. Além disso, os cuidadores também apoiam as atividades de educação formal, ao participarem das demandas escolares: “A gente faz os trabalhos diários com eles, de escola, vai para escola, busca, as atividades, realiza atividades, jogos”. (C2)

Ademais, o cotidiano na instituição também é marcado por momentos de brincadeiras e jogos. Os cuidadores mencionam a ludicidade no processo de ensino e aprendizagem por meio do brincar:

Tem os jogos pedagógicos [...] a gente trabalha com pontinho [...] o pensamento abstrato matemático, pra desenvolver a socialização [...] a gente convida a equipe pra trabalhar junto. Socialização, resiliência, regras, limites. Tudo tu trabalhas no lúdico [...] pedagógico pra não ficar maçante [...] estimular o desenvolvimento corporal, a oralidade. Aí pula corda, joga futebol, [...] joga carta, tem um horário de lazer de tarde para assistir TV. (C3)

A gente faz atividade juntos dentro do abrigo, aí as vezes a gente desenha [...] faz artesanato com eles [...] tem as plantinhas, tem uma hortinha [...] tem uns temperinhos, uma coisa que eles estão ajudando a cuidar [...]. (C7)

Em contrapartida, os momentos de lazer em espaços externos são proporcionados esporadicamente dependendo, principalmente, de doações para que os acolhidos realizem passeios e atividades fora do ambiente institucional, como visto nas falas:

,Eles ficam meio fechados lá dentro, só saem em caso de ir para [...] escola, consulta, se não eles ficam meio confinados. (C7)

Alguns passeios [...] poderiam ser oferecidos [...] o carro a prefeitura disponibiliza, e o passeio mais assim, vamos supor, natal as vezes uma festinha nos abrigos. Mas de resto é tudo doação. As pessoas ligam pra cá, e diz “oh tem uma festa em tal lugar” ou “um camping”, é tudo doação. (C10)

A gente vai no shopping quando eu recebo, eu levo eles lá para comer sorvete. (C11)

Por fim, outro ponto presente na rotina das crianças e dos adolescentes na instituição se refere aos cuidados em saúde, em que o apoio se relaciona, majoritariamente, à administração de medicamentos, que geralmente é realizada pelo cuidador sob a orientação do profissional da área da enfermagem.

Nós temos uma enfermeira. Ela [...] pega as receitas [...] receituário vem do médico. Aí ela passa as orientações pra nós, cola ali no mural, ali os horários que tem que ser administrado. [...] aí a gente faz o controle. (C3)

Aqui a gente ministra a medicação, que é deixada pela enfermeira. Os que têm medicação [...] é função aqui do educador social tem

que ministrar no horário certo [...] já fica tudo separadinho [...] a gente faz o controle [...]. (C6)

## **Interação e vínculos estabelecidos no cuidado a crianças e adolescentes institucionalizados**

Nessa categoria são apresentados relatos que dizem respeito à interação e aos vínculos que são estabelecidos pelos cuidadores com as crianças e os adolescentes institucionalizados. Considerando que a interação entre cuidadores e crianças e adolescentes institucionalizados é fundamental para o processo de cuidado, identificou-se nas falas dos participantes a escolha pela realização de acolhimentos individualizados:

Tento ser paciente [...] porque querendo ou não eles vêm de lugares e famílias diferentes [...] se eu tivesse no lugar daquela criança como é que eu gostaria de ser tratada. (C4)

A gente não pode querer questionar muito sobre a vidinha deles, [...] só se eles quiserem falar. A gente não costuma fazer perguntas, a gente acolhe. (C5)

[...] essa coisa de conhecer cada um também, respeitar as particularidades de cada um [...] um é mais quieto, outro é mais extrovertido. (C7)

Adotar uma postura de acolhimento e ao mesmo tempo respeitar o espaço e o período de adaptação das crianças e dos adolescentes é imprescindível na construção de uma relação saudável. Percebe-se a compreensão dos cuidadores sobre a necessidade desta conduta, evidenciando-se na fala de C5 “a gente não costuma fazer perguntas, a gente acolhe” e de C7 quando traz a necessidade de “respeitar as particularidades”. Assim, as cuidadoras buscam suprir o papel de suporte emocional, acolhendo e escutando as crianças e os adolescentes, com objetivo de incentivá-los a ressignificar suas vidas e desenvolverem estratégias diversas para o enfrentamento das dificuldades.

[...] a gente tem que dar atenção para eles e tenta botar eles para frente. Não porque passaram o que passaram que eles não vão ser alguém na vida [...] tem muitos que acham “Ah tia porque eu sou de abrigo, eu não vou conseguir”, “consegue, [...] lutando tu consegues”. [...] a gente tem que [...] incentivar eles, educar, ajudar. (C9)

[...] sempre perguntam “Eu errei, eu fiz tal coisa” eu disse “ó meu filho [...] ninguém é perfeito, mas a gente erra, mas a gente levanta

e segue adiante”. [...] poder fazer carinho pra eles e passar essa amizade, [...] ter essa visão de positividade, de esperança. [...] uns que dizem “Eu não tenho mais esperança” “Não, não diz isso, a gente tem que ter esperança, tem que ter sonhos”. (C11)

[...] a gente procura conversar com eles sobre a história deles que às vezes eles querem desabafar [...], aí eles reagem de diferentes maneiras, gritando, batendo, chutando porta, [...] e através da conversa [...] vão nos conhecendo, eles vão pegando confiança e aí começam a contar o que aconteceu, [...] a gente faz o que pode [...]. Nem sempre nós [...] resolvemos a situação, mas a gente ameniza os problemas [...] através da conversa, do diálogo. (C12)

É importante salientar que, ao adquirem confiança nos cuidadores, as crianças e os adolescentes passam a desabafar sobre os acontecimentos vivenciados. Essa escuta cuidadosa é imprescindível para o desenvolvimento de relações sólidas no ambiente institucional, contudo essa experiência abala e fragiliza também o profissional cuidador, como pode ser visto na fala de C11:

[...] eles desabafam muito [...]. Quando eles me pegam a [...] mão e diz querem conversar, eu digo “aí meu Deus do céu”, meu coração bate. [...] dizem, o que eles estão sentindo, [...] o que aconteceu [...] são coisas assim que a gente não queria escutar [...] eu digo “aí senhor me dá sabedoria” porque na hora assim, dá vontade [...] de xingar a pessoa que fez alguma coisa com eles. (C11)

Nesse sentido, reforça-se a necessidade de propiciar um amparo ao cuidador para que possa desenvolver da melhor forma possível sua função. Complementarmente, identificou-se que a relação entre criança/adolescente e cuidador se estabelece, muitas vezes, atravessada pela carência de atenção e carinho expressa pelos acolhidos, durante as interações, nesse sentido, o cuidador em muitos momentos passa a representar uma figura de adulto responsável pelos cuidados físicos e emocionais.

[...] a gente dá o máximo de cuidado, [...] atenção e carinho [...] não falta. (C2)

[...] eles têm um poder incrível de dar amor, carinho, afeto. Retribuir o que é dado a eles [...]. (C3)

Assim, destaca-se que desenvolver uma relação de afeto é indispensável para o processo de cuidado e a socialização das crianças e dos adolescentes dentro da instituição, como corroborado pela fala de C12:

A gente acaba criando um vínculo com eles e eles acabam adquirindo confiança na gente, e esse vínculo é importante para o desenvolvimento deles dentro da instituição. [...] antigamente nós fazíamos curso de capacitação, eles falavam muito que nós não tínhamos que ter vínculos com a criança, mas é impossível tu não ter vínculo com uma criança que passa meses e anos contigo [...] as vezes a criança só quer o abraço. Ele se sente perdido [...] procurar ser o mais ético possível, mas não esquecer que são seres humanos [...] que tem uma hora que eles querem um colo, querem uma palavra de carinho. (C12)

No entanto, a relação de vínculo estabelecida gera ambiguidade para os cuidadores, pois, ao envolverem-se nos cuidados físicos e emocionais diariamente com os institucionalizados, criam laços que se equiparam às relações familiares, como visto nas falas a seguir:

[...] no momento que eu estou cuidando deles, eu tenho esse olhar de mãe, não só de cuidadora [...] muitas vezes a gente não tem que se apegar emocionalmente, mas a gente acaba se apegando. [...] três anos com a mesma criança [...] tu acaba te apegando [...] acaba criando um vínculo [...]. (C7)

A maioria é assim, como se fosse [...] mãe ou [...] uma irmã [...]. Eles sempre se familiarizam de alguma forma conosco, diante do cuidado [...]. (C13)

Embora o cuidador precise exercer seu papel profissionalmente, os acolhidos necessitam de amor e carinho para um desenvolvimento saudável e segurança afetiva. Essa troca de afeto propicia que os acolhidos associem essa relação com os vínculos familiares, assim como os cuidadores que se percebem desempenhando um papel familiar. Em contrapartida, isso gera uma preocupação pelo paradoxo de compreender a importância de vínculo para promoção do cuidado de qualidade, mas sofrer pelo rompimento dessa relação quando a criança ou o adolescente retornam à família biológica ou são adotados:

No início a gente se apega muito, mas aí a gente tem que também saber separar, porque eles não vão ficar ali para sempre [...] se não tu pira [...]. Não vou dizer que não vai agarrar, abraçar, beijar, isso aí a gente tem que fazer para eles terem o carinho da gente. Mas tu tentar não te apegar, porque é complicado depois [...] tu te desvincular. (C9)

[...] deles irem embora e a gente sentir falta deles [...] irem embora e criar caso onde eles estão, porque não querem ficar, [...] querem

voltar para o abrigo. Ao mesmo tempo que é ruim [...], é bom porque é sinal de que nós estamos trabalhando bem. (C12)

## Discussão

Com base nos resultados é possível observar que as atividades desenvolvidas dentro da instituição seguem uma rotina diária, esta é fundamental para a organização do cuidado, mas também para a vida das crianças e dos adolescentes, que se habituariam às atividades que devem cumprir. É no período da infância que a criança começa a inserir significado às ações de higiene e interligar sua necessidade às questões de prevenção e saúde (Rocha & Silva, 2018). O cuidador desempenha relevante papel na educação não formal dos acolhidos, por meio da orientação e do estímulo ao autocuidado reforçando a ideia do 'saber fazer'. Eles utilizam dos seus conhecimentos empíricos e vivências ao longo da vida para guiar os acolhidos em comportamentos que tornem seus hábitos cotidianos mais organizados (Penna et al., 2021).

De acordo com Gebin (2024) é na fase de curiosidades e descobertas que começa o desenvolvimento motor e cognitivo, necessitando sensibilidade e paciência do cuidador para estimular esse processo. Durante esse período é fundamental a presença de um adulto que incentive o aprendizado, fomente a iniciativa para realização das atividades e proporcione momentos de autonomia. Essas condutas influenciam diretamente na formação de jovens e adultos seguros e confiantes (Gebin, 2024).

Muitos dos acolhidos experienciavam com suas famílias de origem um cotidiano diferente de cuidados com a higiene, na organização do ambiente e demais regras de convivência, do que aquelas vivenciadas na instituição. Esse fato torna o papel dos cuidadores ainda mais complexo, porque precisam ensinar de acordo com as faixas etárias e, ao mesmo tempo, fazer com que os acolhidos cumpram com suas atividades de forma tranquila, sem imposições restritivas.

Nesse contexto, vale reforçar que as regras não devem ser impostas de maneira verticalizada. Os cuidadores necessitam elaborar as normas juntamente com os acolhidos, considerando a realidade e perspectiva de cada indivíduo no desenvolvimento de um ambiente social comum. É preciso envolvê-los, também, nas atividades rotineiras da casa para que se sintam mais integrados ao local, estimulando seu desenvolvimento (Heumann & Cavalcante, 2018).

Os cuidadores mencionam brincadeiras, jogos, cuidado com a horta, entre outras ações recreativas presentes no cotidiano. Ultrapassar as atividades de cuidados básicos e realizar momentos de descontração é indispensável para um desenvolvimento saudável. Utilizar de métodos lúdicos para o desenvolvimento de atividades e brincadeiras fomenta a participação e o engajamento, além de contribuir para o desenvolvimento motor e cognitivo (Burin et al., 2018).

Estudos destacam que o brincar na infância promove a aquisição de habilidades motoras, cognitivas, socioemocionais e de linguagem, permitindo que a criança se expresse livremente. Além disso, estimula as interações sociais durante a primeira infância, o que melhora a qualidade da interação entre os adultos e as crianças (Nascimento & Nascimento, 2022; Solís- Cordero et al., 2023).

Ademais, realizar práticas lúdicas durante momentos de brincadeiras e descontração auxilia na identificação de vulnerabilidades, pois, a partir das atividades desenvolvidas a criança/adolescente pode externalizar suas emoções, medos e vivências, permitindo que o cuidador reconheça as fragilidades do acolhido (Alves et al., 2019). Dessa forma, torna-se possível o estabelecimento de estratégias capazes de promover um cuidado que considere o acolhido em todas as suas dimensões.

Cabe salientar que o ECA considera o lazer como um dos direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes (Brasil, 2023). Assim, embora a instituição de acolhimento atenda às necessidades básicas como saúde e alimentação, os acolhidos vivenciam restrições no cotidiano, e no acesso a diferentes ambientes sociais que ocorrem pela própria condição da institucionalização, da disponibilidade de profissionais e de recursos para deslocamentos e passeios.

A participante C7 traz na sua fala que “eles ficam meio fechados lá dentro”, essa circunstância reforça o rótulo da instituição como um local de restrição de liberdade, pois a partir da falta de oportunidade de passeios fora da instituição os acolhidos ficam restritos às mesmas vivências cotidianas. Na fala de C11 identifica-se que o cuidador utiliza do próprio salário para proporcionar passeios aos acolhidos, o que reforça a vulnerabilidade tanto dos acolhidos quanto dos cuidadores, que muitas vezes não tem as condições básicas para cumprirem o que é determinado pela legislação, mostrando o frágil envolvimento do Estado com a situação do acolhimento institucional infantojuvenil.

O ECA garante em seu art. 19 que a criança e o adolescente têm direito a convivência comunitária, ou seja, direito de frequentar ambientes comunitários como praças, escolas, parques, que favoreçam sua socialização. Além disso, no art. 4 é assegurado à criança e ao adolescente o direito ao lazer e a atividades culturais (Brasil, 2023).

Conforme o PNCFC (Brasil, 2025b) para possibilitar a proteção integral das crianças e adolescentes é imprescindível garantir o convívio comunitário, ampliando a rede de relações dos acolhidos e assegurando sua participação na vida comunitária. Nesse contexto, a relação com o território e os vínculos comunitários são imprescindíveis para o “desenvolvimento de competências relacionais, habilidades, talentos, aprendizados e autonomia” (Brasil, 2025b, p. 83). Contudo, no contexto do acolhimento institucional o convívio comunitário pode constituir-se de um desafio, impondo a necessidade de medidas adicionais para assegurar esse direito. Essas medidas incluem a criação de mecanismos que viabilizem o uso de recursos

financeiros, fomentando a participação dos acolhidos em atividades comunitárias com apoio da comunidade e da rede, possibilitando “a participação dos acolhidos em confraternizações, passeios e festas típicas e populares que valorizam a cultura local e os saberes ancestrais” (Brasil, 2025b, p. 84).

Ademais, também foi destacada nos resultados uma importante função desempenhada pelos cuidadores em relação à administração de medicação aos acolhidos. Nesse contexto, o papel assistencial do enfermeiro relaciona-se, além da administração de medicamentos, às orientações, para os cuidadores, sobre os medicamentos utilizados pelas crianças e pelos adolescentes. O profissional possui a responsabilidade de orientar corretamente e cuidadosamente como os medicamentos devem ser administrados, os horários e os efeitos previsíveis e imprevisíveis, considerando que os cuidadores são apoio relevante na administração, pois passam mais tempo com os acolhidos.

Ainda é preciso refletir sobre as demais ações que podem ser desempenhadas pelo profissional de enfermagem no ambiente institucional, visto que possui qualificação para desenvolver suas práticas com significativa relevância social. Isso pode ser desenvolvido por meio da participação ativa no acolhimento, no cuidado e na formação de vínculo, por exemplo (Clates et al., 2017). Identifica-se assim, que o enfermeiro pode favorecer a ampliação da integralidade no cuidado fornecido pela equipe multiprofissional às crianças e aos acolhidos.

Referente à interação e ao vínculo estabelecidos no cuidado a crianças e adolescentes institucionalizados identificou-se que esses recorrem aos cuidadores para terem um suporte de escuta. Então, os cuidadores se mobilizam por meio do diálogo, como ressalta C12 “a gente ameniza os problemas que eles têm”, visando amparar os desabafos e angústias das situações vivenciadas pelos acolhidos, devido ao medo e à insegurança geradas pelas experiências que tiveram ao longo da vida.

Nesse contexto, C9 ressalta uma frase dita por muitos acolhidos: “Ah tia porque eu sou de abrigo, eu não vou conseguir”, é possível perceber nessa fala o sentimento de incapacidade em construir um futuro próspero. Além disso, muitas vezes há culpabilização pelas circunstâncias que levaram ao acolhimento, sendo possível identificar a estigmatização que acompanha crianças e adolescentes institucionalizados, que se percebem sem família e a margem da sociedade, sem voz e com poucas oportunidades de visualizarem um futuro exitoso.

Crianças e adolescentes que experienciaram a institucionalização, podem sofrer com atrasos no desenvolvimento físico, cognitivo e no estabelecimento de relações sociais, tanto pelas violações de seus direitos no período anterior à institucionalização como pelo apego inseguro após o acolhimento (Parra et al., 2019). No entanto, sabe-se que aqueles que experienciam qualidade de atendimento no período de institucionalização e possuem interação bem estabelecida e segura com os cuidadores, apresentam resultados favoráveis para o desenvolvimento (Guyon-Harris et al., 2021).

Com isso, observa-se a relevância do ambiente institucional representar um local de segurança e acolhimento, bem como do cuidador ser a figura adulta de relações positivas por meio do afeto, da confiança, do cuidado e do incentivo. Essas condutas propiciam a resiliência dos acolhidos. É na interação com os cuidadores que as crianças e os adolescentes institucionalizados passam a elaborar suas perspectivas frente a vida em sociedade e a seguir modelos de interação, adotando-os em suas relações com os outros (Gabatz, Schwartz & Milbrath, 2019).

Nesse ambiente, a formação do apego requer paciência para adaptação e promoção de estímulos que desenvolvam uma interação positiva, visto que, os acolhidos vêm do ambiente familiar, onde possuíam uma relação de vínculo já estabelecida, que pode ser parcialmente interrompida na institucionalização. Nesse contexto, a formação de vínculo com os cuidadores institucionais representa um processo diferente do padrão ideal de desenvolvimento, em que a família funciona como rede de suporte emocional.

Conforme o PNCFC (Brasil, 2025b) a família precisa ser incluída em projetos e programas que visem intensificar os cuidados e sustentar a superação dos riscos sociais e vulnerabilidades. Complementarmente, durante o acolhimento deve ser garantido o direito ao convívio familiar e à participação da família na vida dos filhos, visando minimizar os efeitos negativos que podem ser causados com o distanciamento de crianças e adolescentes de suas famílias na adoção da medida protetiva de acolhimento institucional.

No ambiente institucional os cuidadores recebem, constantemente, crianças e adolescentes que passaram por situações de violência, negligência e abuso, o que pode causar estresse emocional nesses profissionais. Nesse sentido, destaca-se a fala de C11 “são coisas assim que a gente não queria escutar aquilo” e “vontade de, assim, de xingar a pessoa que fez alguma coisa com eles”, percebe-se nessa a fala a dificuldade que o cuidador encontra para lidar com as situações relatadas, pois se sente revoltado pelos maus-tratos vivenciados por crianças e adolescentes e muitas vezes não sabe agir diante dessas situações. Então, os cuidadores ficam expostos a sua própria fragilidade e aos limites de sua atuação, pois lhes falta também suporte psicológico para saber como lidar com essas questões, sendo necessário fornecer a eles um acompanhamento psicológico.

Os cuidadores destacaram que suprir as necessidades emocionais dos acolhidos é importante para o desenvolvimento de uma boa relação, além de mencionarem ser “impossível tu não ter vínculo com uma criança que passa meses e anos contigo”. As relações desenvolvidas dentro da instituição são imprescindíveis tanto para que os acolhidos se sintam de fato em um lar, como para sua socialização fora da instituição. A qualidade do estabelecimento do vínculo e do apego nos anos iniciais da infância influencia no desenvolvimento emocional e cognitivo posterior, bem como nas relações interpessoais positivas no futuro (Saur et al., 2018).

Os resultados apresentam algumas das dificuldades que os cuidadores vivenciam no cotidiano, ao fornecerem afeto e carinho acabam se apegando aos acolhidos, e esses a eles, o que por vezes, gera sofrimento no momento da saída da criança ou do adolescente da instituição. Nesse contexto, cria-se uma situação que demanda suporte emocional ao cuidador e aos acolhidos, diante da difícil, quiçá impossível, tarefa de fornecer carinho e afeto sem se apegar demasiadamente. Pesquisa desenvolvida com cuidadores de instituições de acolhimento, também, destacou a ambiguidade de sentimentos vivenciados por esses profissionais com relação ao apego da criança e o retorno dela à família ou encaminhamento para a adoção (Gabatatz et al., 2018).

Os cuidadores associam esse sentimento de amor e carinho despertado nas crianças com um trabalho institucional bem desempenhado e até como uma relação familiar, “de mãe, de irmã”. Contudo, salienta-se que durante o período de institucionalização as crianças e os adolescentes devem ser constantemente preparados para a reinserção na família de origem, ou inserção em novas famílias adotivas. O rompimento do vínculo gera no cuidador sentimento de tristeza e angústia, necessitando desenvolver com o tempo ferramentas de proteção à fragilidade emocional desencadeada pela quebra de vínculo. No entanto, essa necessidade de proteger-se do sofrimento pode gerar uma barreira na relação cuidador-criança/adolescente pela formação de interações superficiais (Ito & Azevedo, 2021).

A tristeza e impotência geradas pela ruptura dos vínculos podem equiparar-se à vivência do luto. Normalmente, os cuidadores não recebem suporte para superar essa etapa do processo de cuidar, além de apresentarem-se incapacitados para lidar com esses sentimentos (Bassoli & Figueiredo, 2020). Por fim, observa-se que, embora a saúde psíquica do cuidador reflita diretamente nos cuidados prestados às crianças e aos adolescentes, pouca atenção é direcionada ao suporte emocional que esses profissionais recebem para o desempenho de sua função. Isso fortalece ainda mais o sentimento de desamparo e desvalorização que experienciam em seu cotidiano.

De acordo com estudo de Schenkel et al. (2023) os profissionais cuidadores de instituições de acolhimento infantil vivenciam diversas dificuldades relacionadas à elaboração e ruptura do vínculo com os acolhidos. Na criação do vínculo o cuidador se depara com situações traumáticas que levaram à institucionalização como violência e abandono, que geram frustração. Contudo, também experienciam o amor, carinho e a amizade para com as crianças e os adolescentes e destes com eles o que traz aos cuidadores sentimentos de alegria e realização profissional (Schenkel et al., 2023). Em contrapartida, a ruptura do vínculo na desinstitucionalização gera sofrimento, tristeza e ansiedade, sendo que as cuidadoras buscam criar ferramentas de proteção, tais como relações mais superficiais que não suscitem o apego, condição que não maioria dos casos não é possível (Gabatatz et al., 2018).

Considerando a sobrecarga imposta pelo cuidado cotidiano, em que o cuidador lida com diversas vulnerabilidades vivenciadas pelas crianças e adolescentes

institucionalizados, além de ter que lidar com suas próprias frustrações e tristezas, geradas pela formação e rompimento dos vínculos, é indispensável oferecer a esses cuidadores muito mais do que suporte psicológico e capacitação. É preciso pensar em políticas que favoreçam o acolhimento das angústias desses cuidadores junto à rede de atenção psicossocial, bem como de reconhecimento profissional diante da sociedade e dos órgãos de justiça da infância, além de valorização financeira, visando fomentar a qualificação do cuidado integral.

## Considerações Finais

Ao avaliar o objetivo do estudo de conhecer os vínculos estabelecidos e processos de cuidado desenvolvidos por cuidadores com crianças e adolescentes em acolhimento institucional, observou-se que a construção do cotidiano, através da organização da rotina de cuidados, dos cuidadores para com os acolhidos é algo importante. Destacaram-se rotinas de higiene, alimentação, tarefas domésticas, lúdicas, escolares e administração de medicamentos. Evidenciou-se ainda na construção do vínculo entre cuidadores e acolhidos foi apontada a necessidade das figuras de referência de apego para os acolhidos. Complementarmente, evidenciou-se também as dificuldades dos cuidadores em administrarem esse processo devido ao vínculo pessoal que desenvolvem com os acolhidos, em contrapartida ao seu dever profissional.

Como limitações destacam-se às restrições sanitárias impostas pelo contexto pandêmico de COVID-19, visto que as entrevistas tiveram de ser realizadas de forma online em um período em que o uso dessas tecnologias ainda não estava amplamente disseminado, o que gerou um certo desconforto e inibição durante as entrevistas. Outra limitação relacionada à coleta online foi a impossibilidade de observação direta das interações entre os cuidadores e os acolhidos, que poderia ter permitido uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas relacionais e das nuances do vínculo afetivo entre os envolvidos. Além disso, também não foi coletada a informação acerca da raça/cor no perfil dos cuidadores, podendo representar uma limitação importante. Sabe-se que há uma maior proporção de crianças e adolescentes negros em acolhimento institucional no Brasil, o que reflete as desigualdades sociais e raciais no acesso a direitos e proteção. Então, seria interessante incorporar, em pesquisas futuras, a análise sobre aspectos raciais, considerando o perfil de cuidadores e crianças/adolescentes, tendo em vista sua possível influência nos processos de institucionalização e nas experiências de cuidado e construção de vínculos.

Futuras pesquisas poderiam incluir ainda uma maior diversidade de instituições de acolhimento infantojuvenil em diferentes regiões, para uma análise mais abrangente das relações entre cuidadores e acolhidos. Adicionalmente, sugere-se a realização de estudos longitudinais, análises comparativas entre diferentes tipos de instituições

e a avaliação do impacto de programas de suporte psicológico e pedagógico aos cuidadores. Contudo, mesmo não permitindo generalização, o estudo aponta a necessidade de ampliar práticas e políticas que promovam vínculos afetivos positivos e estáveis nas instituições de acolhimento, bem como fornecimento de suporte psicológico e pedagógico aos cuidadores para o desempenho da função.

## Referências Bibliográficas

- Alves, L. R. B., Moura, A. S., Melo, M. C., Moura, F. C., Brito, P. D., & Moura, L. C. (2019). A criança hospitalizada e a ludicidade. *Revista Mineira de Enfermagem*, 23 (e-1193), 1-9. Retrieved from: <http://www.revenf.bvs.br/pdf/reme/v23/1415-2762-reme-23-e1193.pdf>
- Bassoli, E. N., & Figueiredo, V. C. N. (2020). Desafios do trabalho de educadoras sociais em casas de acolhimento. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15 (n.esp. 3), 2396-2410. <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp3.14448>
- Bernardes, J. W., & Marin, A. H. (2019). Intervenção com educadoras sociais no contexto de acolhimento institucional: relato de experiência. *Revista da SPAGESP*, 20(2), 117-130. Retrieved from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v20n2/v20n2a09.pdf>
- Brasil (2019). *Lei nº 13.853, de 8 de Julho de 2019*. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Retrieved from: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13853.htm)
- Brasil. (2023). *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. 6. ed. Retrieved from: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/611968/Estatuto\\_crianca\\_adolescente\\_6ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/611968/Estatuto_crianca_adolescente_6ed.pdf)
- Brasil (2012). Ministério da Saúde. Resolução 466/12 sobre pesquisa envolvendo seres humanos. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
- Brasil. (2025a). Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Conselho Nacional de Justiça. Retrieved from: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb78ed9dba4e45a&opt=cursel&select=-clearall>
- Brasil (2025b). Plano nacional de convivência familiar e comunitária (PNCFC). Disponível em: [https://efaidnbmnnnibpcajpcgclcfndmkaj/https://www.convivencia.org.br/\\_files/ugd/4c1962\\_61be3de18c56498bb15bae907335590d.pdf](https://efaidnbmnnnibpcajpcgclcfndmkaj/https://www.convivencia.org.br/_files/ugd/4c1962_61be3de18c56498bb15bae907335590d.pdf)
- Braun, V., Clarke, V., Hayfield, N., & Terry, G. (2019). Thematic analysis. In Liamputtong, P. (Ed.). *Handbook of Research Methods in Health Social Sciences* (1.ed., pp.843-860). Springer Singapore.
- Burin, F. O., Moreira, Â. A., Nora, J. D., Isaia, T. P., & Carvalho, G. B. C. (2018). Ludicidade e prática docente: impactos da metodologia Impare na educação infantil. In *Anais do III Congresso Internacional Uma Nova Pedagogia Para a Sociedade Futura* (pp.594-601). Re-

- canto Maestro: Fundação Antonio Meneghetti. Retrieved from: <https://ciodh.emnuvens.com.br/novapedagogia/article/view/361/365>
- Clates, D. de M., Freitas, H. M. B. de, Ilha, S., Zamberlan, C., Cáceres, K. de F., & Pereira, F. (2017). Vivências de adolescentes em uma unidade de acolhimento institucional. *Revista Enfermagem UFPE*, 11(6), 2452-8. Retrieved from: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/23409/19079>.
- Czelusniak, C. B., Moré, C. L. O. O., Santos, K. G. D., & Krenkel, S. (2023). Implicações da prática profissional no acolhimento institucional de crianças: perspectiva de cuidadoras. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43 (e251630), 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003251630>
- Gabatz, R. I. B., Schwartz, E., Milbrath, V. M., Carvalho, H. C. W. de, Lange, C., & Soares, M. C. (2018). Formation and disruption of bonds between caregivers and institutionalized children. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 2650–2658. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0844>
- Gabatz, R. I. B., Schwartz, E., & Milbrath, V. M. (2019). Institutionalized child care experiences: the hidden side of work. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 40, (e20180412), 1-9. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2019.20180412>
- Gebin, A. A. F. (2024). Autonomia e aprendizagem na primeira infância. *Revista Primeira Evolução*, 1(55), 47–53. <http://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/659>
- Gil, A. C. (2021). *Como fazer pesquisa qualitativa*. 1. ed. Barueri: Atlas.
- Guyon-Harris, K., Humphreys, K. L., Miron, D., Tibu, F., Fox, N. A., Nelson, C. A., & Zeanah, C. H. (2021). Early caregiving quality predicts consistency of competent functioning from middle childhood to adolescence following early psychosocial deprivation. *Development and Psychopathology*, 33(1), 18-28. <https://doi.org/10.1017/S0954579419001500>
- Heumann, S., & Cavalcante, L. I. C. (2018). Rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: estudo descritivo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(2), 22-37. Retrieved from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v70n2/03.pdf>
- Ito, S. I., & Azevêdo, A. V. D. S. (2021). Educadores sociais em abrigos destinados a crianças e adolescentes: revisão sistemática. *Contextos Clínicos*, 14(1), 276-303. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2021.141.13>
- Lima, R. F. C., & Pádua, F. B. S. (2022). *O acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil*. Caderno de Direito da Criança e do Adolescente, 4, 28. <https://revistas.direitosbc.br/DCA/article/view/1165>
- Nascimento, K. L., & Nascimento, F. L. (2022). Psicologia infantil: a importância do brincar no desenvolvimento da criança. *Boletim de Conjuntura*, 10(30), 57–79. <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/639/452>
- Rahimi, S., & Khatooni, M. (2024). Saturation in qualitative research: An evolutionary concept analysis. *International Journal of Nursing Studies Advances*, 6, 100174. <https://doi.org/10.1016/j.ijnsa.2024.100174>

- Oliveira, L. de M. M., & Resende, A. C. (2016). Estudo de sintomas depressivos em crianças sob situação de acolhimento institucional. *Psicologia em Pesquisa: UFJF*, 10(1), 55-63. Retrieved from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v10n1/08.pdf>
- Parra, A. C. de O., Oliveira, J. A. de, & Maturana, A. P. M. (2019). O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco? *Psicologia em Revista (Belo Horizonte)*, 25(1), 155-175. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n1p155-175>
- Penna, L. H. G., Guedes, C. R., Ribeiro, R., Pereira, A. L. F., Ribeiro, L. V., Carinhonha, J. I., Silva, M. M., Pereira, V. S., Vasconcelos, S., & Teixeira, S. V. B. (2021). O profissional educador social no cotidiano de adolescentes de unidade de acolhimento institucional: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 10(17), e239101724690. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i17.24690>
- Rocha, G. B. A., & Silva, B. G. B. (2018). A importância de estimular os hábitos de higiene na educação infantil. *Educação e (Trans) formação*, Dossiê temático, 19-30. Retrieved from: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/educacaoetransformacao/article/view/2056/482482749>
- Rodrigues, L. H. F., & Prebianchi, H. B. (2021). Estresse e Estratégias de Enfrentamento em Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional em Casas Lares. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(e192765), 1-17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003192765>
- Salinas-Quiroz, F., & Posada, G. (2015). MBQS: método de evaluación para intervenciones em apego dirigidas a primera infancia. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 13(2), 1051-63. Retrieved from: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v13n2/v13n2a36.pdf>
- Saur, B., Bruck, I., Antoniuk, A., & Riechi, T.I.J.S. (2018). Relação entre vínculo de apego e desenvolvimento cognitivo, linguístico e motor. *Psico (Porto Alegre)*, 49(3), 257-65. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/27248/pdf>
- Schenkel, Y. V. de S., Silveira, A. da, Soccol, K. L. S., Centenaro, A. P. F. C., & Hildebrandt, L. M. (2023). Acolhimento institucional na voz de cuidadoras de crianças e adolescentes que vivem em Casa Lar. *Revista De Enfermagem Da UFSM*, 13, e13. <https://doi.org/10.5902/2179769272181>
- Solís-Cordero, K., Rocha, J., Marinho, P., Camargo, P., & Fujimori, E. (2023). O brincar na rotina doméstica para a promoção do desenvolvimento infantil: estudo transversal. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 44(1), 1-22. <https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/133314/88851>
- Souza, V. R. D. S., Marziale, M. H. P., Silva, G. T. R., & Nascimento, P. L. (2021). Tradução e validação para a língua portuguesa e avaliação do guia COREQ. *Acta Paulista de Enfermagem*, 34 (eAPE02631), 1-9. <http://dx.doi.org/10.37689/acta-pe/2021ao02631>